

## Orçamento e ajuste fiscal dominam debates no Senado

Tebet e Freire querem investimentos na área produtiva e cortes de dotações orçamentárias destinadas à construção de prédios públicos. Maldaner faz apelo aos três Poderes para que revejam esse tipo de despesa



Ao lado de João França, Tebet conversa com Freire: os dois defendem adiamento de obras não prioritárias

O senador Roberto Freire pediu ao Congresso que, ao examinar o Orçamento da União para 1999, estabeleça como prioridade investimentos nas áreas produtivas. Um dos seis senadores que debateram o Orçamento na sessão de sexta-feira, Freire defendeu cortes nas dotações destinadas à construção de prédios públicos.

O relator do Orçamento, senador Ramez Tebet, também favorável a investimentos na área produtiva, apoiou cortes nas obras públicas que podem ser adiadas. Idêntico apelo foi feito pelo senador Casildo

Maldaner.

Com o apoio do senador Ademir Andrade, o senador Paulo Guerra reivindicou a reavaliação dos cortes das dotações orçamentárias antes destinadas à conclusão da pavimentação da BR-156, que facilitará a interligação com a Guiana Francesa.

O senador Ernandes Amorim fez um apelo aos governadores dos estados da região Norte para que se unam às respectivas bancadas no Congresso para evitar que o ajuste fiscal prejudique “mais ainda” as finanças estaduais e municipais.

PÁGINAS 4 E 5

### COMISSÕES



Serra fala também para deputados

### Serra depõe na quarta sobre cortes

Ministro da Saúde foi convidado pela Comissão de Assuntos Sociais, por sugestão de Ademir Andrade.

PÁGINA 2

### Agricultura familiar pode ter crédito

Projeto que assegura a concessão de créditos especiais para a agricultura familiar é uma das matérias na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que se reúne amanhã, a partir das 10h. Outra proposta em pauta cria programa de apoio à infância.

PÁGINA 2

### Sancionada lei que permite incluir apelido no nome

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou lei que permite a qualquer pessoa requerer em juízo a substituição de seu nome por um apelido “público e notório”. O projeto foi aprovado pelos senadores no último dia 28 e enviado à sanção.

Apresentado na Câmara pelo deputado Arnaldo Faria de Sá, o projeto recebeu parecer favorável, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi relatado pelo senador Epiácio Cafeteira. Para o senador, o projeto pode colocar fim aos constrangimentos a que muitas pessoas, conhecidas apenas por apelidos, são submetidas.



O Congresso retoma na quarta-feira a votação das medidas provisórias

### Pauta da semana inclui MPs e recursos para saúde

O Congresso deve votar na quarta-feira quatro medidas provisórias que ainda restam para fechar o ajuste fiscal. No

Senado, o plenário continua a discussão da emenda constitucional que trata do custeio do SUS.

PÁGINA 3

# Serra falará na CAS sobre cortes na saúde

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado promoverá audiência em conjunto com a Comissão de Seguridade Social da Câmara para ouvir o ministro sobre a redução de recursos destinados a sua pasta

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) receberá em audiência pública, na quarta-feira, às 10 horas, o ministro da Saúde, José Serra, que vai falar sobre a redução nos recursos destinados a sua pasta. O senador Ademir Andrade (PSB-PA), presidente da CAS, é o autor do requerimento solicitando a presença de José Serra. A audiência com o ministro será promovida em conjunto com a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.

À tarde, a CAS receberá, também em audiência pública, profissionais que exercem medicina ortomolecular, atendendo a requerimento de iniciativa da senadora Marina Silva (PT-

AC). Os convidados são os doutores Jorge Martins de Oliveira, professor titular da UFRS, e Efraim Olszewer, presidente da Associação Brasileira de Oxidologia.

A senadora Marina Silva apoiou ação popular iniciada por profissionais da medicina alternativa que pretendem modificar, na Justiça, resolução emitida pelo Conselho Federal de Medicina contendo restrições à prática da medicina ortomolecular.

A própria senadora diz que foi beneficiada diretamente por esse tipo de terapia, quando tratou problemas decorrentes de contaminação por chumbo, mercúrio e ferro. A audiência pública começará às 17 horas.



Odacir é autor de projeto para prevenir tabagismo entre crianças, que será examinado pela Comissão de Educação

## CE discute projeto que cria ombudsman em rádio e TV

O projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que cria a figura do ombudsman nas emissoras de rádio e televisão é uma das dez matérias que deverão ser apreciadas pela Comissão de Educação (CE) amanhã, a partir das 10h30. O projeto estabelece que as entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens terão um serviço de atendimento ao público. O relator, senador Lauro Campos (PT-DF), apresentou parecer favorável.

Também está na pauta da comissão projeto de lei do Senado que tem como objetivo prevenir e combater o tabagismo entre crianças e adolescentes. De autoria do senador Odacir Soares (PTB-RO), o projeto institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando a arrecadação ao incentivo ao esporte amador. O parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é favorável.

A comissão, que é presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), examinará também três projetos de decreto legislativo que aprovam a renovação de permissão e a concessão a emissoras de rádio e televisão.

## CAE examina proposta de crédito especial para agricultura familiar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), deve analisar amanhã, em reunião marcada para as 10h, projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que assegura a concessão de créditos especiais para produtores baseados na agricultura familiar.

A legislação atual assegura o benefício apenas aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária. Pela proposta, seriam garantidos juros e prazos diferenciados, além de possibilidade de pagamento conforme o princípio equivalência-produto. Ao justificar o projeto, Simon destaca a importância da agricultura familiar, "principalmente em termos de produção de alimentos e de manutenção do emprego".

Na pauta da reunião está também projeto oriundo da Câmara dos Deputados instituindo o Programa



Senador Pedro Piva preside a Comissão de Assuntos Econômicos

Nacional de Apoio à Infância e ampliando os benefícios da merenda escolar. O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) elaborou parecer favorável à proposta. Há ainda na pauta da comissão projeto que procura compensar as perdas dos estados e do Distrito Federal em virtude da aplicação da lei que transferiu recursos para o custeio do ensino fundamental pelos municípios.

## Júlio Campos pede ação firme contra a burocracia

"A teia da burocracia está emperando o desenvolvimento brasileiro", afirmou na sexta-feira o senador Júlio Campos (PFL-MT), manifestando sua indignação com a "parafernália" de papéis que se exige do cidadão brasileiro cada vez que ele precisa de qualquer serviço público. "É de se espantar que, mesmo assim, o Brasil cresça", enfatizou.

Para Campos, é chegado o momento de se fazer uma verdadeira revolução na administração pública brasileira. "Para que o conceito de servidor público tenha validade e o público receba - em troca de seus impostos, taxas e contribuições compulsórias - um tratamento adequado e um serviço compatível com as exigências de uma sociedade moderna, é preciso repensar o governo em todos os seus níveis", explicou.

O senador por Mato Grosso disse que não é mais possível viver em um

país em que se criam dificuldades para vender facilidades. "Devemos criar as condições políticas, institucionais e administrativas para que nossas atividades produtivas não sejam prejudicadas por práticas ultrapassadas e processos burocráticos que nos lembram o mundo da ficção realista de Franz Kafka", frisou.

Segundo Júlio Campos, há real perigo no excesso de burocracia e no número de mudanças em normas legais atormentando a vida de empresários e cidadãos. "Durante 1997, a revista *Informações Objetivas (IOB)* publicou 3.800 páginas com alterações da legislação tributária brasileira, uma média de 19 páginas por dia.

Isto representa um verdadeiro escândalo administrativo; é impossível cumprir esse verdadeiro cipoal legislativo. Em algumas empresas, 13% dos funcionários são pagos para cumprir procedimentos legais", acentuou.



Campos considera surpreendente que o país cresça com tanta burocracia

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Lúdio vai a reunião entre Mercosul e União Européia

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) estará amanhã em Bruxelas, capital da Bélgica, para mais uma reunião entre o Parlamento Europeu e o Mercosul, onde será analisada a evolução da situação econômica e política da União Européia e do Mercosul. O encontro, que se estenderá por dois dias, é organizado pela Delegación para las Relaciones com los Países de Sudamérica y Mercosur, do Parlamento Europeu.

Na reunião será assinado um convênio de assistência entre os parlamentos do Mercado Europeu e do Mercosul. "Eles lá estão com cerca de 50 anos de experiência nesse trabalho", lembrou o senador, explicando que a finalidade do convênio "é queimarmos etapas, progredirmos mais um pouco nessa área e incentivarmos o relacionamento comercial do Mercosul com o Mercado Comum Europeu".

A seção brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), presidida pelo senador Lúdio Coelho, e os demais membros das comissões dos países que compõem o Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) vão dar andamento às negociações para a criação de uma Associação Inter-Regional União Européia/Mercosul.

Além disso, a mesa diretora da CPCM pretende discutir a pauta da XIV Conferência Interparlamentar UE/América Latina, e ouvir as experiências do Foro Con-



Lúdio Coelho defende maior aproximação entre Mercosul e Europa

sultivo Econômico-Social do Mercosul e do Comitê Econômico e Social da Comunidade Européia.

A delegação brasileira conta com a participação do senador Lúdio Coelho e do deputado Paulo Bornhausen, além de dois consultores. Da delegação argentina participam os deputados Raul Alvarez Echague e Glória Abán de Avalos, além da assessora Nora Barraza. O Paraguai será representado pelo presidente da seção paraguaia da CPCM, senador José Félix F. Estigarribia, o senador Martín Chiola e os deputados Mario Ecurra, Luis Alberto Wagner e Dário Monges. A seção uruguaia conta com o deputado Doreen Javier Ibarra, representando o presidente da CPMC, e os deputados Washington Abdala, José Carlos Cardoso e Ivá Posada.

## Comissão de Orçamento aprecia créditos especiais

A Comissão Mista de Orçamento apreciará amanhã, a partir das 14h, treze projetos relativos a autorizações para repasses de recursos do orçamento fiscal e de investimentos da União, em favor de ministérios e empresas estatais.

Dois projetos autorizam créditos especiais para o Ministério dos Transportes. Um deles, no valor de R\$ 13,8 milhões, objetiva viabilizar convênios firmados entre a Universidade de Brasília e o governo da Paraíba; a implantação do complexo hidroviário na região de Itaípu (PR); a recuperação do Porto de Cabedelo (PB); e a construção do terminal de passageiros no rio Acre, em Rio Branco (AC). A proposta recebeu parecer favorável do senador Flaviano Melo (PMDB-AC).

O outro projeto, no montante de

R\$ 52,5 milhões, autoriza a destinação de parte destes recursos para o DNER, que os empregará na recuperação de obras rodoviárias emergenciais; e para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), com o objetivo de cobrir despesas de cumprimento de sentença judicial. A matéria foi relatada favoravelmente pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Patrocínio também deu parecer favorável a outro projeto, que autoriza a União a repassar ao Ministério da Previdência e Assistência Social o montante de R\$ 294,1 milhões.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é relator e deu parecer favorável ao projeto que autoriza repasses em favor de diversas empresas estatais federais, no valor de R\$ 155,7 milhões.

# Plenário discute emenda que garante verba para saúde

Proposta prevê a possibilidade de intervenção da União em estados e municípios que não destinarem ao setor os recursos estabelecidos

O plenário do Senado continua nesta semana a discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece gastos mínimos para a saúde. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC teve substitutivo do senador Esperidião Amin (PPB-SC) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta altera quatro artigos da Constituição. No principal deles, estabelece que a União aplicará pelo menos 30% dos recursos de seu orçamento de seguridade social no Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto os estados usarão 12% de suas receitas e os municípios 10% do que arrecadam – incluídas as transferências constitucionais da União. Outro artigo permite a intervenção da União nos estados, caso estes não apliquem o mínimo exigido na implementação, funcionamento e gestão do SUS.

Entre os quatro itens constantes da pauta já designados para votação na próxima semana está o projeto de lei da Câmara dos Deputados que determina sobre a autonomia da gestão das Organizações Militares Prestadoras de Serviço (OMPS) da Marinha. As OMPS estarão sujeitas a cum-

prir objetivos, metas e indicadores de desempenho, estabelecidos nos planos e programas da Marinha. A gestão dessas organizações será controlada através de tomada de contas, exames rotineiros dos comandos superiores e avaliação de órgão de controle externo. O projeto, com votação prevista para amanhã, autoriza a contratação de dez mil empregados de nível superior e médio.

Também amanhã o plenário analisa dois projetos de resolução. O primeiro autoriza o estado do Ceará a incluir no acordo de refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, contrato com a Caixa Econômica Fede-

ral no valor de R\$ 24 milhões. O projeto foi apresentado como conclusão de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), relatado pelo senador Jefferson Pêres (PSDB-AM).

Outro projeto de resolução, também apresentado como conclusão de parecer da CAE, relatado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), autoriza o estado do Pará a contratar operação de crédito no valor total de R\$ 97,5 milhões. O contrato, celebrado entre a União, o estado e o Banco do Estado do Pará (Banpará), é firmado no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

## Votação de MPs do ajuste deve ser concluída na quarta-feira

As quatro medidas provisórias que ainda restam para fechar o ajuste fiscal na área da Previdência Social devem ser votadas pelo Congresso Nacional na quarta-feira, a partir das 14h30. O Congresso já aprovou oito MPs que tratavam da mesma área. As quatro MPs restantes são:

- MP nº 1.599, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- MP nº 1.720, que eleva a contribuição previdenciária dos servidores públicos;
- MP nº 1.676, que trata da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público - PIS/Pasep;
- MP nº 1.728-19, que define normas e condições gerais de proteção do trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos.

## Compra de livros no exterior em pauta na CCJ

Um dos projetos que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), examina na quarta-feira é o de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que facilita a aquisição, pela administração pública, de livros editados no exterior.

A proposta, que será votada em turno suplementar, possibilita a dispensa do procedimento licitatório para a aquisição de livros técnicos editados no exterior, diretamente ao fornecedor estrangeiro, sempre que a compra direta for comprovadamente menos onerosa.

Na opinião de Alcântara, essa alteração na lei de licitações "preserva o interesse público, imprimindo maior racionalidade na ad-

ministração dos já modestos recursos postos à disposição das bibliotecas mantidas pelo poder público para atualização e ampliação de seu acervo bibliográfico".

Na extensa pauta da CCJ encontram-se propostas de emenda constitucional (PEC), entre elas a que institui a participação popular na formulação das leis orçamentárias da União, estados e municípios. A matéria, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), recebeu parecer contrário do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA).

Há também a previsão de discussão de outra PEC, cujo primeiro signatário é o senador Júlio Campos (PFL-MT), que elimina a proibição constitucional à participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência



Emenda de Pedro Simon prevê orçamento participativo

à saúde. O parecer do senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) é pela aprovação da matéria. No entanto, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elaborou voto em separado em que pede a rejeição da proposta.



Guerra lembrou compromisso do presidente Chirac de construir parte francesa da estrada

## Paulo Guerra quer conclusão de rodovia para a Guiana

O senador Paulo Guerra (PMDB-AP) pediu na sexta-feira ao governo federal que volte a considerar como prioridade a continuidade e conclusão da pavimentação da BR-156, que ligará Laranjal do Jari, no oeste do Amapá, ao Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa. Na opinião do senador, a obra é decisiva para o desenvolvimento da região.

Guerra lembrou que, em março do ano passado, em visita ao Brasil, o presidente da França, Jacques Chirac, assumiu o compromisso de que até 1999 concluiria a pavimentação da rodovia que liga Caiena a São Jorge, na fronteira com o Oiapoque.

– Essa integração física do território brasileiro com a parcela sul-americana da União Européia tem não somente um sentido simbólico, mas grande significado econômico e geoestratégico – explicou Paulo Guerra.

O senador citou estudo feito pela Agência de Desenvolvimento do Amapá (Adap), que concluiu que o estado recebeu neste período R\$ 50,7 milhões do governo federal para investimentos, do total de R\$ 13,8 bilhões para todo o país. Segundo o levantamento, o estado foi o que recebeu menos recursos. Em penúltimo lugar ficou o Acre, com R\$ 140,3 milhões, ou quase três vezes mais.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou solidariedade a Paulo Guerra, assumindo o compromisso de conversar com o relator do Orçamento, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para restituir os recursos que constavam da primeira versão do Orçamento.

– Quero lamentar a forma como o presidente Fernando Henrique assume compromissos e depois esquece. Ele assumiu o compromisso da construção das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí. Os R\$ 60 milhões que estavam no Orçamento para a obra também foram zerados – afirmou.

# Freire pede prioridade no Orçamento a investimentos essenciais à economia

Senador questiona gastos com edifícios públicos e defende manutenção de verbas para obras consideradas estratégicas, como as dos portos de Suape (PE), Pecém (CE) e Sepetiba (RJ)

O Congresso deve aprovar o Orçamento da União para 1999 estabelecendo prioridades para investimentos nas áreas produtivas e essenciais à economia, cortando todos os gastos desnecessários, como construção de obras e prédios de qualquer instituição. Esse foi o apelo feito na sessão plenária de sexta-feira pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) ao relator-geral da proposta orçamentária para o próximo ano, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que acatou a proposta.

Freire disse que o Congresso deve definir políticas nacionais no Orçamento e não simplesmente acatar a proposta orçamentária que veio do Executivo. “Não podemos ser um órgão que apenas referenda o que propõe o governo, como um cartório”, afirmou. Ramez Tebet agradeceu a sugestão do senador pernambucano e se comprometeu, como relator da proposta orçamentária, a traba-

lhar para que os recursos sejam destinados às áreas mais necessitadas.

Para Roberto Freire, o ajuste fiscal se faz, principalmente, com definições de políticas orçamentárias. Esse ajuste, observou, não pode ficar centrado em medidas como a que foi proposta pelo governo e aprovada pelo Congresso, da contribuição previdenciária dos servidores inativos.

Outra observação feita por Freire foi a de que o Orçamento não deve cortar recursos como os que estão sendo investidos nos portos de Suape (PE), Pecém (CE) e Sepetiba (RJ), por serem importantes para a atividade econômica. “Os cortes devem ser feitos nas obras que podem ser adiadas ou que são desnecessárias”, disse.

Ele citou alguns “desperdícios” com o dinheiro público que poderiam ser evitados e cortados no Orçamento, tais como a construção de um espelho-d’água em



Freire pediu ao relator do Orçamento, Ramez Tebet, que reveja proposta do Executivo

frente ao Congresso Nacional e a construção de prédios do Poder Judiciário. As obras do Congresso, segundo o senador, poderiam ser adiadas por um ou dois anos e as do Judiciário só se justificam se for para criar juntas de conciliação na Justiça trabalhista, com vistas a melhorar o atendimento e os serviços ao público.

## Maldaner defende cortes nos gastos dos três Poderes

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo e o Judiciário devem analisar a melhor forma de reduzir os seus gastos para o próximo ano. Ele completou que esta busca na contenção de despesas para enfrentar o Orçamento enxuto de 1999 é uma forma de solidariedade ao povo brasileiro.

Em discurso no plenário na sexta-feira, Maldaner citou as exposições dos senadores Roberto Freire (PPS-PE), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Ademir Andrade (PSB-PA), que também defenderam cortes em investimentos considerados não prioritários. Enquanto Freire propôs o cancelamento da construção de prédios públicos, Tebet sugeriu o adiamento de obras desnecessárias e Ademir criticou os gastos do Banco do Brasil em propaganda.

Na opinião do senador por Santa

Catarina, as Justiças do Trabalho e Eleitoral poderiam adiar para os próximos anos os investimentos previstos na construção de prédios, ampliação de espaços físicos e outras obras, orçados em milhões de reais. Maldaner sugeriu que estas obras fossem suspensas, já que o país vive um momento de dificuldades em que está cortando até gastos na área social.

– Será que a Justiça do Trabalho não pode usar os espaços físicos que já existem? E a Justiça Eleitoral, que apenas tem pleitos a cada dois anos? Será que ela não poderia utilizar os próprios prédios da Justiça comum já existentes hoje, já que os próprios juizes comuns exercem momentaneamente, no período eleitoral, a respectiva função de juiz eleitoral? – indagou Casildo Maldaner.



Casildo Maldaner sugere adiamento de obras da Justiça Eleitoral

## Tebet vê empresários e trabalhadores sacrificados

O relator-geral da proposta orçamentária para 1999, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que vai trabalhar para que o Congresso estabeleça prioridades no Orçamento do próximo ano para investimentos importantes na área produtiva, cortando gastos com obras desnecessárias ou que podem ser adiadas.

– Esse é o Orçamento mais magro dos últimos anos. O cobertor está curto e o Congresso deve estabelecer prioridades, observar o que é mais importante e necessário para o país, num momento em que empresários, trabalhadores, produtores e toda a sociedade estão sendo sacrificados com o ajuste fiscal – disse Tebet.

Para o relator, o papel da Comissão de Orçamento vai além da aprovação da proposta orçamentária para 1999. É necessário que a comissão acompanhe toda a execução do Orçamento no próximo ano, observou. O senador falou também da importância das emendas coletivas, como as de bancada e das co-

O senador referiu-se à manifestação do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede em Recife, Josias Figueiredo, sobre os cortes no Orçamento, e assegurou que mantém sua proposta de restrições orçamentárias para as previsões com reformas e construção de prédios do Judiciário. A prioridade dos recursos em Pernambuco, disse, deverá ser para a saúde e para projetos científicos.

Roberto Freire também quer que o Congresso examine, com cuidado, o orçamento das estatais, onde está alocado R\$ 1 bilhão para o sistema financeiro público. O senador disse que esses recursos só terão sentido se forem destinados a aumentar a competitividade e melhorar os serviços dessas instituições. “Se esse dinheiro não for utilizado para a atividade-fim deve ser cancelado”, afirmou.



Tebet avalia o Orçamento de 1999 como o “mais magro” dos últimos anos

missões permanentes do Congresso, que abordam questões de interesse nacional.

Ramez Tebet disse que não teve oportunidade de participar da sessão plenária com o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, realizada na última quinta-feira. Mas observou que gostaria de saber por que os bancos estatais não financiaram a produção, a atividade industrial e agrícola do país, em vez de apoiar os projetos de privatização com cartas de fiança.





## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1998

## PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

## PREVISÃO DA SEMANA

Terça-feira (24.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; \*Projeto de Resolução nº 102/98, que autoriza o estado do Ceará a incluir no contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado entre o estado e a União, em 16.10.97, a operação firmada entre o estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 24 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; \*Projeto de Resolução nº 103/98, que autoriza o estado do Pará a contratar operação de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado entre a União, o estado do Pará e o Banco do Estado do Pará S.A., com a intervenção do Banco Central do Brasil, celebrado em 30.3.98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, de R\$ 97,5 milhões; e \*PLC nº 43/98, que dispõe sobre a autonomia de gestão das organizações militares prestadoras de serviço da Marinha

Quarta-feira (25.11.98)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; \*PDL nº 141/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cornélio Procópio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cornélio Procópio (PR); \*PDL nº 32/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Globo de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Brasília (DF); e \*PDL nº 40/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Cultura Araraquara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Araraquara (SP).

14h30 - Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: \*MP nº 1.599, que dispõe sobre a organização de Assistência Social; \*MP nº 1.720, que dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos; \*MP nº 1.676, que dispõe sobre a contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep); e \*MP nº 1728, que dispõe sobre normas e condições gerais de proteção do trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos

Quinta-feira (26.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; \*PLS nº 203/97, que acresce parágrafo ao art. 30 da Lei nº 8.742, de 7.12.93, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social; e \*PLS nº 76/98, que dispõe sobre a prestação voluntária de serviços em programas de interesse social

Sexta-feira (27.11.98)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

Terça-feira (24.11.98)

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 208/97, que institui desconto no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais para maiores de sessenta anos; PLC nº 27/98, que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; \*Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao PRS nº 53/98, que autoriza a prefeitura municipal de Teresina (PI) a contratar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$ 18.454.510,00, cujos recursos, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, serão destinados ao Projeto Vila-Bairro, naquele município; e \*PRS nº 97/98, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424/96. Ala Senador Alexandre Costa, sala 19

10h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLC nº 12/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; \*PLC nº 67/95, que regulamenta o exercício profissional da acupuntura; \*PLS nº 94/96, que regulamenta, em consonância com o disposto no parágrafo 37, 1º, da Constituição, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; \*PLS nº 73/96, que institui o serviço comunitário de telecomunicações; \*PLS nº 110/95, que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; \*PDL nº 71/98, que renova a concessão da Rádio Colon (Joinville - SC); e \*PDL nº 31/98, que renova a permissão à Rádio e Televisão Tapajós (Santarém - PA). Ala Senador Alexandre Costa, sala 15

▶ 14h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta nº 14/98, apresentação, discussão e votação dos PLNs nºs 30, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 43 e 44/98CN; Pauta nº 15/98, apresentação, discussão e votação dos PLNs nºs 45, 46, 48 e 49/98-CN. Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

Quarta-feira (25.11.98)

▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil (factoring); \*PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; \*PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores onistados; e \*PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados. Ala Senador Alexandre Costa, sala 5

▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro da Saúde, José Serra, para discutir a redução dos recursos destinados à área de saúde. Ala Senador Nilo Coelho, sala 2

▶ 17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para debater sobre Medicina Ortomolecular, com a presença do dr. Jorge Martins de Oliveira, professor titular na UFRJ, e dr. Efrain Olszewer, presidente da Associação Médica Brasileira de Oxidologia. Ala Senador Alexandre Costa, sala 9

# Amorim quer Congresso ao lado de estados e municípios

Para o senador, ajuste fiscal agrava uma situação na qual governadores e prefeitos não têm recursos para cumprir suas obrigações constitucionais

Governadores dos estados menos favorecidos, sobretudo os da região Norte, devem estar unidos com o Congresso para evitar que o ajuste fiscal prejudique ainda mais as finanças estaduais e municipais, disse sexta-feira, em discurso no plenário, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO).

O senador citou o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) como uma das medidas que mais atingem os estados e municípios. "Esse fundo confisca recursos dos estados e municípios, devidos pela União por imperativo constitucional. O problema vai agravar-se mais ainda, pois no ajuste fiscal em tramitação



Ernandes Amorim teme que o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) leve vários municípios à falência

no Congresso o FEF deve dobrar, passando para 40%, o que na prática implica a falência de centenas de municípios", afirmou.

Outra crítica do senador foi para a chamada Lei Kandir, que deso-

nerou o ICMS para favorecer as exportações. "Essa maldada lei, com o objetivo de favorecer as exportações, desonera o ICMS e promete repor aos estados o prejuízo com esse desfalque, o que, na realidade, não passa de quimera", destacou.

Para ele, o Congresso não deve aceitar que "permanença a fragilidade dos municípios com uma só canetada do governo federal ou estadual". Na sua opinião, de nada adiantou o fortalecimento dos municípios na Constituição de 88 se, na prática, não houve recursos para eles realizarem ações de sua competência.

## Ademir critica gastos do governo com publicidade

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou sexta-feira, em plenário, os gastos do governo Fernando Henrique Cardoso com propaganda, que, segundo informou, chegam a R\$ 500 milhões por ano - uma média de R\$ 1,5 milhão por dia, "exatamente o montante que os parlamentares terão direito a apresentar em emendas ao Orçamento da União para 99, defendendo melhorias para suas comunidades".

Ademir criticou a qualidade das peças de publicidade do Banco do Brasil veiculadas atualmente pelas emissoras de TV. "Nunca vi propaganda mais idiota e imbecil, com dois sujeitos falando 190 anos no futuro, sobre coisas sem sentido do banco", afirmou.

O senador apresentou à Mesa requerimento de informações endereçado ao ministro da Fazenda,

Pedro Malan, pedindo dados detalhados sobre os gastos do Banco do Brasil com publicidade, quais as agências contratadas e as modalidades de propaganda, além da distribuição por tipo de mídia (jornal, revista, rádio, televisão, outdoor etc.).

Ademir Andrade lembrou o dispositivo legal que determina o caráter informativo e educativo que deve ter a propaganda oficial, para concluir que a atual campanha desenvolvida pelo Banco do Brasil está distante dessa orientação. "Isso é desperdício de dinheiro público e, se a preocupação é mostrar que o banco não será privatizado no futuro, a propaganda não ajuda", destacou. O senador defendeu uma publicidade do Banco do Brasil dirigida para a orientação sobre seus programas de fomento e apoio às atividades produtivas.

Ele citou, como exemplo "da boa propaganda oficial", a estratégia do Banco da Amazônia (Basa) como administrador do Fundo Constitucional do Norte no Pará, que busca divulgar exatamente seus compromissos de financiamento aos pequenos produtores e pescadores artesanais e não aos "grandes industriais e latifundiários do passado", com o que vem ampliando sua atuação junto à comunidade. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), em aparte, apoiou o pronunciamento de Ademir.

## Alcântara homenageia Rachel de Queiroz

"Não apenas parabenzamos Rachel de Queiroz, mas também agradecemos o que ela tem feito por cada um de nós e pela cultura brasileira."

A afirmação é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao homenagear a escritora cearense pela passagem do seu octogésimo oitavo aniversário, celebrado no último dia 17.

O senador disse que sua homenagem não consistia em dever de ofício, mas num gesto impellido por motivação pessoal: "Como tantos outros conterrâneos, aprendi, com seus livros, a conhecer e compreender melhor o Ceará e, a partir desse núcleo de nossa experiência individual, pude melhor alcançar o Brasil e o ser humano em sua universalidade".

O senador mencionou o romance *O Quinze*, lançado oito anos depois de iniciado o movimento modernista em São Paulo. "A contribuição inaugural de *O Quinze* para a história de nossa literatura é tanto temática quanto estilística", afirmou Alcântara.



Alcântara agradeceu a contribuição da escritora à cultura brasileira



Ademir Andrade condenou a campanha futurista veiculada pelo Banco do Brasil

# Cabral prega reforma política e parlamentarismo

Senador do Amazonas quer novas normas para os partidos e a adoção do voto distrital misto. E afirma que nos momentos de crise o país sempre se lembra das vantagens do sistema parlamentarista de governo

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu na sexta-feira, em plenário, uma reforma política urgente para "corrigir os desvios de comportamento do presidencialismo e acabar com o desequilíbrio entre os Poderes da República, provocado pelo Executivo". O parlamentarismo é a solução para essas distorções, destacou Cabral, saudando a transformação em lei de proposta do deputado Almino Afonso que fixa o referendo popular como forma de a sociedade brasileira deliberar sobre a mudança do sistema de governo.

De acordo com o senador, o

episódio do depoimento do ministro das Comunicações no plenário do Senado, na quinta-feira, ofereceu novos exemplos da "mixórdia do sistema de governo no país". Em duas ocasiões, lembrou Cabral, senadores recomendaram ou defenderam a exoneração do ministro. Este, por sua vez, de acordo com o noticiário, teria pedido demissão ao presidente da República, que recusou a saída de seu auxiliar de governo.

Se o regime fosse parlamentarista, observou Bernardo Cabral, o ministro teria perdido a confiança do Parlamento e já teria

sido registrado um voto contrário à sua permanência no governo. O senador observou, ainda, que o país "sempre se lembra do parlamentarismo nos momentos de crise" e alertou que o Parlamento não pode "vergar sua espinha" a tudo que um governante de plantão indica como certo. Cabral apontou como tarefa urgente do Congresso a realização de uma profunda reforma política, incluindo a reforma partidária (com adoção de regra de filiação mínima por dois anos) e a adoção do voto distrital misto.

O pronunciamento teve vários apertes. O senador Roberto Re-

quião (PMDB-PR) observou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não poderia aceitar a saída do ministro Mendonça de Barros "sem renunciar também, pois ficou claro que o presidente da República acompanhou a manobra da privatização passo a passo". Os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP), Paulo Guerra (PMDB-AP), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestaram seu apoio ao debate sobre as formas de governo e à necessidade de uma ampla reforma política no país.



Bernardo Cabral afirma que o Parlamento "não pode vergar sua espinha"

## Nabor defende manutenção da propaganda eleitoral gratuita

A propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e televisão já tem defensores nos Estados Unidos, afirmou na sexta-feira, em plenário, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Ele solicitou a transcrição, nos Anais do Senado, de notícia divulgada pela agência norte-americana Associated Press (AP) em 8 de novembro último, segundo a qual uma comissão do governo dos Estados Unidos concluiu favoravelmente à concessão, a candidatos políticos, de tempo gratuito na programação de emissoras de rádio e TV.



Nabor leu notícia sobre o interesse de instituição da propaganda gratuita nos EUA

Nabor criticou a fúria dos que condenam o horário gratuito no Brasil, que, segundo ele, não é aplacada nem mesmo pelo pagamento indireto já recebido pela propaganda eleitoral. Para o senador, o que interessa mesmo é a restrição progressiva às possibilidades eleitorais dos candidatos mais pobres.

– Para essas pessoas, apenas quem tiver dinheiro, muito dinheiro, dinheiro para comprar e pagar os caríssimos espaços das redes, só esses poderão ter acesso ao maior e mais eficiente meio de divulgação de nossos tempos – afirmou.

O parlamentar mostrou então que os Estados Unidos – "certamente o modelo de democracia republicana nos últimos séculos" – descubram agora esta velha prática brasileira como

solução para o problema do abuso econômico no processo eleitoral. O senador leu em plenário a matéria divulgada pela AP e publicada no jornal *The Orlando Sentinel*, cuja tradução foi feita pela assessoria do Senado.

A notícia afirma que uma comissão presidencial americana pretende recomendar que os meios de comunicação cedam voluntariamente tempo gratuito para propaganda política. Caso não haja um consenso entre as emissoras, poderá ser feita uma exigência compulsória, já que, segundo o informe, elas "recebem valiosas concessões de canal digital do governo, sem encargos financeiros".

Tanto o presidente Bill Clinton quanto seu vice, Al Gore, afirma a matéria, estariam pressionando em favor do tempo gratuito obrigatório. Pela recomendação da

comissão, os meios de comunicação ofereceriam voluntariamente cinco minutos diários para a propaganda eleitoral, nos 30 dias anteriores ao pleito.

– A sociedade exige e merece um retorno pela concessão de espaços que lhe pertencem, nas ondas de transmissão de som e imagem. Não é lícito permitir que um grupo econômico se privilegie no uso de bens comuns, pertencentes ao conjunto da sociedade – afirmou Nabor.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o Congresso já foi vítima do *lobby* dos meios de comunicação, uma vez que a propaganda eleitoral foi reduzida de 60 para 45 dias e deixou de ser veiculada aos domingos. Lembrou também que a produção de um programa de campanha eleitoral é hoje mais cara que o preço de veiculação no rádio e na TV, com campanhas de *marketing* caríssimas, como deve ter sido a apresentada pelo presidente da República em sua campanha de reeleição.

Em outro aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a necessidade de aprovação da reforma política pelo Congresso. Nabor concordou com os senadores, defendendo ainda que a propaganda gratuita seja feita ao vivo, como forma de igualar os custos de produção entre os candidatos.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tênis  
7h30 - *Especial Unip* - Câncer de criança  
7h55 - *Senado em Pauta*  
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tai-chi-chuan  
8h25 - Nossa Programação  
8h30 - *Jornal do Senado*  
8h55 - *Senado em Pauta*  
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, a Bahia  
9h30 - Entrevista - Senador Arlindo Porto fala sobre produção de leite  
9h55 - *Senado em Pauta*  
10h - Especial - Visões do Mundo Contemporâneo. Palestrantes: Senadores Ramez Tebet e José Roberto Arruda  
12h - *Cores do Brasil* - Pernambuco  
12h30 - Entrevista - Senador Arlindo Porto  
12h55 - *Senado em Pauta*  
13h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão  
13h30 - *Cidadania* - O coordenador de Política e Administração Florestal, Eleazar Volpato, e o coordenador de Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Heitor Matallo, falam sobre desertificação  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 - *Cores do Brasil* - a Reserva Biológica

19h - Seminário sobre a Seca - 1ª parte  
20h - *Cores do Brasil* - o Paraná  
20h30 - Entrevista - Senador Arlindo Porto  
21h - *Jornal do Senado*  
21h15 - *Cidadania*  
21h55 - *Senado em Pauta*  
22h - Sessão Plenária (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida - Música e informação  
0h - Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida - Música e informação



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

# Suplicy requer depoimento de Lara

Presidente do BNDES deverá ser convocado para prestar esclarecimentos às comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou na sexta-feira requerimento solicitando o comparecimento do presidente do BNDES, André Lara Resende, para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização da Telebrás e a viabilização, pelo banco, da contratação de empréstimos com taxas de juros inferiores às praticadas no mercado, a fim de que grupos privados adquirissem estatais nos leilões de privatização.

A intenção do senador por São Paulo é a de que o depoimento seja prestado no plenário. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), na presidência da sessão, esclareceu que regimentalmente não seria

Lara Resende já manifestou desejo de prestar depoimento sobre as privatizações



possível, já que Lara Resende preside uma instituição que não é diretamente subordinada ao presidente da República. Suplicy concordou então que sua convocação seja feita para as comissões de Assuntos Econômicos e de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania.

De acordo com o requerimento, Lara Resende também deverá prestar esclarecimentos sobre a atuação da presidência do banco junto aos fundos de previdência fechada das empresas estatais,

“visando torná-los sócios dos grupos privados que adquiriram o controle das empresas privatizadas”. Responderá ainda sobre a forma como o BNDES interferiu no processo de privatização, conforme denúncias publicadas na imprensa.

– Ainda na quinta-feira, tive a oportunidade, ao final do depoimento do ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, de conversar com André Lara Resende. Ele disse que já externou ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sua vontade de prestar esclarecimentos. Ele se coloca à inteira disposição, o que acho muito louvável – relatou Suplicy.

## Amorim vai manter apoio à investigação

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse, sexta-feira, que vai manter sua assinatura apoiando a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o processo de privatização no país. Segundo o senador, as explicações do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, durante depoimento ao plenário na quinta-feira, não foram suficientes para informar sobre todas as operações realizadas nesse processo.



Ernandes Amorim

– Estou aqui como senador eleito pelo meu estado. Não vim para ser subserviente nem capacho. Temos que investigar as privatizações e não podemos ficar de braços cruzados ao ver o patrimônio público sendo trocado não se sabe por quê – disse.

Amorim apresentou requerimento à Mesa do Senado solicitando informações ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre quais empresas foram privatizadas neste governo, o valor cobrado por cada uma, a aplicação dos recursos obtidos com a venda das estatais e ainda as operações com títulos da dívida pública. O senador quer que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado faça um acompanhamento e investigação permanentes sobre a privatização.

– Não são as informações prestadas pelo ministro Mendonça de Barros que vão esclarecer todo esse processo. Queremos saber onde estão os R\$ 80 bilhões obtidos com o processo de privatização – afirmou.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que respeita a posição de Amorim, mas lembrou que o governo “adotou uma mentalidade desestatizante”. Com isso, as privatizações têm por objetivo passar para a sociedade o controle total da economia, seguindo as regras do mercado livre e aberto. Ele informou que conversará com Amorim, em seu gabinete, para que este retire a assinatura do pedido da realização da CPI.

## Gilvam Borges condena criação de CPI do “grampo”

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) manifestou-se na sexta-feira, em plenário, contra a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades na privatização das empresas do sistema Telebrás. Para ele, o Congresso não pode cair no “ridículo” de montar uma CPI para nada.

– As denúncias são motivadas por interesses comerciais e eleitorais contrariados e baseadas em escutas clandestinas editadas e cópias de documentos grosseiramente montadas – afirmou.

Gilvam elogiou a iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso de determinar ao Ministério Público e à Polícia Federal a investigação dos “grampos” telefônicos, e a atitude do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, de comparecer ao Senado para prestar esclarecimentos.

– A atuação do ministro visou ao interesse público e ao aumento do resultado da privatização. Está patente que o BNDES e o Ministério das Comunicações proporcionaram a todos igualdade de condições de competição – avaliou o senador.

O Congresso, continuou, somente deve abrir uma CPI caso sejam comprovadas irregularidades pela Procuradoria ou pelas autoridades policiais. Na opinião de Gilvam Borges, uma investigação parlamentar neste momento seria uma tentativa golpista de atingir a idoneidade de um governo “retifoneo”.



Gilvam Borges aponta interesses contrariados por trás das denúncias

– Uma coisa é discutir diferenças de pontos de vista dentro do campo político, outra é desqualificar adversários com calúnias – disse, referindo-se ao que chamou de “edição maldosa e selecionada” das escutas telefônicas feita pela revista *Veja*.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu a abertura de CPI para que sejam prestados à população esclarecimentos sobre os episódios.

O senador Júlio Campos (PFL-MT), falando como vice-líder de seu partido, disse acreditar que, se houver irregularidades, com certeza o presidente Fernando Henrique Cardoso não estará envolvido.

– Se depender do envolvimento do presidente, não teremos CPI. Ele tem provado nesses quatro anos que sempre teve comportamento ético – afirmou Júlio Campos.



Suplicy salienta que não tem receio do que fala, mas quer dar segurança a quem lhe telefona

## Pedida varredura nos telefones do Senado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou requerimento à Mesa solicitando que seja feita uma varredura nos telefones do Senado. Ele justificou seu pedido pelo fato de o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ter comentado na quinta-feira, logo após seu depoimento no plenário, que inúmeros órgãos governamentais no Distrito Federal estão com seus telefones grampeados.

– Quero salientar que tenho convicção de que a central telefônica do Senado diminui em muito as possibilidades de “grampo”, mas existem os telefones diretos. Também quero informar que não tenho receio algum daquilo que falo ao telefone, das coisas que converso. Se quisessem tornar as minhas falas transparentes, não teria receio algum – ressaltou Suplicy.

De acordo com o senador, sua preocupação é com as pessoas que telefonam para o seu gabinete, para que elas estejam seguras de que podem dialogar, sem temer que a conversa seja gravada. “Ainda na quinta-feira, uma pessoa me ligou e transmitiu informações relevantes a respeito do processo de privatização promovido pelo BNDES, e pediu reserva no que diz respeito a sua posição, ao que estava sendo informado”, acrescentou.

Suplicy comentou que, por volta de 1993, uma varredura foi feita em seu gabinete. Ele pediu que agora o trabalho seja estendido aos gabinetes de todos os senadores. E também solicitou que, ao término da investigação, os senadores sejam informados se foi detectado algum tipo de sistema para gravação de conversas telefônicas.

# Requião sai em defesa de trabalhadores portuários

Senador diz que paralisação prevista para esta semana é uma justa reação contra a decisão “arbitrária” do governo de retirar dos sindicatos o poder de selecionar os empregados encarregados pelo trabalho avulso nos portos

“Os portuários de todo o Brasil entrarão em greve nas próximas terça e quarta-feira, em protesto contra medida do governo que acaba com o poder de seus sindicatos de escalar trabalhadores avulsos nos portos do país”, disse na última sexta-feira o senador Roberto Requião (PMDB-PR). A medida provisória que trata do assunto estará na pauta de votação do Congresso na próxima quarta, dia 25.

Para Requião, o governo agiu no “uso continuado do seu arbítrio” ao tirar dos sindicatos o poder de escolher, mediante sorteio, os trabalhadores portuários avulsos: “Ao substituir a MP 1.679, de 26 de outubro passado, que estabelece normas do trabalho portuário, pela MP 1.728, de 11 de novembro último, o governo retirou essa faculdade dos sindicatos para atribuí-la ao órgão gestor de mão-de-obra, diminuindo ainda mais a possibilidade dos sindicatos

de proteger seus afiliados”.

O senador protestou contra a “prepotência” do presidente da República, que, “sem discutir essas mudanças nem com o Parlamento nem com os trabalhadores, edita medidas provisórias que defendem interesses que não são do país, mas de grupos que vão se apropriando de setores dos portos”. Ele disse não saber a que tipo de interesse serve o governo.

Requião também explicou que “não se poderia esperar que a categoria dos portuários admitisse, com mansidão e tranqüilidade, uma violência desse tamanho”. Ele esclareceu que essa greve implicará dois dias de advertência, “entretanto, posteriormente, os portuários poderão prosseguir com o movimento grevista ou tomar outras providências”.

Noutra alusão à política econômica do governo, o senador fez mais uma advertência: “Da



Segundo Roberto Requião, “os portos e a economia estão sendo invadidos”

mesma forma que essa tal de Telemar se apropriou da telefonia sem saber sequer o que é telefone, no Paraná, o dono de um shopping center se transforma da noite para o dia em proprietário, numa concorrência mandrake, do terminal de contêineres”. Na opinião dele, “assim, os portos e a economia vão sendo invadidos”.

## Mauro reclama do tratamento dispensado a Goiás pelo governo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) reclamou um melhor tratamento para o estado de Goiás, tendo em vista o apoio e a solidariedade que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem recebido do povo goiano e da bancada no Congresso. “Acho que não cometo exageros dizendo que somos parceiros incondicionais do presidente. O que é triste é que, na contrapartida, somos o patinho feio no reconhecimento do governo. Tudo para São Paulo e outros estados mais poderosos, que são donos do maior naco de poder na distribuição dos ministérios e na concessão dos investimentos oficiais. E nada ou quase nada para o Centro-Oeste, no geral, e para Goiás, no particular”, desabafou o senador.

A prova disso, para ele, está no corte no Orçamento de 99. O senador disse estar estupefocado e indignado com a insensibilidade dos burocratas que manipulam os números do Orçamento.

– Fomos tratados como os marginais da Federação, como os serviços que levam os restos do final da festa. Reconhecemos as dificuldades do país para equilibrar as contas públicas e reconquistar a confiança dos investidores interna-



Mauro Miranda: “Parceiros incondicionais, somos o patinho feio no reconhecimento do governo”

cionais. Mas nem por isso podemos fechar os olhos para a falta de critérios dos cortes oficiais. Buscaram a tesoura mais afiada para cortar os recursos destinados a Goiás. Mas não fizeram o mesmo com outros estados, principalmente os que são politicamente mais fortes, como o estado de São Paulo – reclamou o senador.

Mauro revelou que, após conseguir viabilizar R\$ 85 milhões para a duplicação da rodovia que liga Goiânia a São Paulo, foi condenado a amargar uma grande frustração com o corte de 100% no Orçamento. “Os burocratas do governo decretaram que continuaremos chorando centenas de

mortes no ano que vem. A pista única de ligação com o Triângulo Mineiro e São Paulo vai manter o troféu sinistro de rodovia que mais mata neste país”, disse.

Outra obra rodoviária que sofreu corte de 100% foi a conservação da BR-153, que, segundo o senador, é importante para integrar o Norte e os grandes centros consumidores do Centro-Sul. “Para o Vale do São Patrício, essa rodovia é o oxigênio que mantém vivas as nossas expectativas de desenvolvimento”, revelou. Mantendo-se os cortes orçamentários, o senador acredita que a BR-364 também será prejudicada.

O senador demonstrou que comparativamente o estado de Goiás sofreu um corte de 29%. Mauro Miranda lamentou que, com exceção do Amapá, todos os outros estados receberam tratamento melhor e que não tem argumentos para explicar os cortes ao povo de seu estado. As bancadas, anunciou, estão definindo uma estratégia de ação política para convencer o presidente da República e sua equipe econômica a inverter “os sinais negativos desse equívoco”.

## Dutra comunica greve de fome de funcionários da Vale

Presidentes de nove sindicatos de trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce iniciam amanhã, em Vitória (ES), greve de fome em protesto contra as demissões na empresa, o aumento de acidentes e a adoção de jornada ilegal de trabalho. O comunicado foi feito sexta-feira ao plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Dutra ressaltou que a análise do balanço da empresa entre 1996 e 1998 mostra um grande aumento da lucratividade. Os dados escondem, porém, segundo o senador, a brutal diminuição no pagamento de amortizações do empréstimo que possibilitou a instalação do complexo de Carajás.

– Em 1995, foram gastos US\$ 900 milhões para amortização desse empréstimo. De 1996 a 1998, houve um decréscimo brutal, caindo para US\$ 72 milhões neste último ano – disse Dutra.

O senador afirmou também que o número de acidentes fatais na empresa cresceu em 30% no último ano e meio, atingindo nove trabalhadores. Em Sergipe, um trabalhador foi soterrado e faleceu em um acidente sem precedentes desde 1983. Ao mesmo tempo, denunciou, a empresa reduziu os investimentos em meio ambiente, dimi-



Dutra afirma que o número de acidentes aumentou 30% na Vale, após a privatização

nuiu os recursos da área social e tem desrespeitado os direitos trabalhistas.

Segundo Dutra, para burlar o turno ininterrupto de revezamento de seis horas, a empresa criou jornada fixa de oito horas, seis dias da semana, com uma folga. Assim, em vez do revezamento semanal para cada um dos turnos de seis horas, trabalha-se sempre no mesmo horário na escala, ampliado agora em duas horas.

A greve de fome terá a participação dos presidentes dos sindicatos de trabalhadores da Vale na Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Sergipe e dos três sindicatos de Minas Gerais. O senador afirmou que estará no encerramento da greve, previsto para o próximo dia 27, também na capital capixaba.

## Ronaldo representa Senado em encontro na Colômbia

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), será o representante oficial da Casa no 1º Encontro de Secretários de Parla-mentos Americanos, de 26 a 28 de novembro, na cidade de Santa Fé de Bogotá, na Colômbia. Ronaldo atende a convite do secretário-geral da Câmara de Representantes colombiana, Gustavo Bustamante Moratto.

O encontro tem como objetivo a troca de experiências sobre informações legislativas, operacionalização e regimentos jurídicos que regulam cada país, para que haja uma maior integração entre os parlamentos. Como o Senado brasileiro é considerado hoje um dos mais modernos do mundo, a participação de Ronaldo Cunha Lima é considerada valiosa na oferta de expe-



Ronaldo relatará as experiências do Senado nos campos da comunicação e da informática

riências de interesse de outros legislativos.

O senador viajará levando dados sobre a experiência do Prodasen, gráfica, programa Interlegis, jornal, rádio e TV do Senado. Em sua exposição, ele exibirá obras técnicas editadas pela Casa, inclusive a Constituição brasileira em braille.